

II Encontro Paraibano de Educação – II EPE

Etapa preparatória para o III Encontro Nacional de Educação

Em defesa da Educação Brasileira: Resistindo à mordaza e construindo a luta por uma Educação Pública, Gratuita e Democrática, Inclusiva e com Respeito à Diversidade

Campus I da UFPB, João Pessoa, 30 de março de 2019.

O evento foi precedido por reuniões organizadoras envolvendo entidades sindicais das categorias docentes e servidores técnico-administrativos da Educação Básica e Ensino Superior além de representação estudantil que ocorreram nos meses de janeiro a março de 2019.

A escolha pela pré-inscrição em formulário eletrônico foi acertada, assim como a divulgação em página eletrônica e redes sociais. Com isso, as inscrições online atingiram 509 interessados em participar.

No dia 30 de março, compareceram 155 participantes, além dos dois palestrantes. Destes 90 eram Estudantes (incluindo 2 da Educação Básica (EM); 2 do Ensino Técnico; e 86 do Ensino Superior), 43 eram Docentes (sendo 18 da Educação Básica (EF ou EM); 3 da Educação Infantil e 22 da Educação Superior), e 11 eram de outras categorias ligadas à educação (sendo 5 Trabalhadores da Educação (2- Coordenador pedagógico; Orientadora Educacional de Sapé; 2 não especificaram; e 6 em outras situações (Fui aprovada para estudar na UFPB, porém estou esperando as aulas se iniciarem; Professora aposentada; Trabalhar com atividades de reforço escolar e incentivo à leitura e escrita; Mãe de alunos da educação básica; Estudante de Pós-graduação; Sou professora do Ensino Médio Integrado com o Técnico, do Ensino Técnico e do Ensino Superior), além de uma trabalhadora de outra área (q não da educação).

Os participantes puderam apreciar várias atividades culturais durante o evento. Às 8h30 iniciamos a projeção do Festival de Curtas da ADUFPB com o tema: precarização e condições de trabalho na UFPB e Mostra de vídeos sobre atividades culturais da ADUFPB. Às 13h00 houve show da professora aposentada, da Psicologia, Eugênia Correia que é compositora e cantora com participação da Escritora Maria Valéria Rezende. E às 13h30, performance e lançamento de livros do professor e pesquisador da Cultura Popular Gilmar Leite.

Pela manhã, após a mesa de abertura com as entidades presentes, sob Coordenação do Prof. Carlos Cartaxo, CCTA/UFPB e secretaria da Prof^a Terezinha Diniz, Diretora da ADUFPB, aconteceu a mesa debate sobre o tema do Evento com a Prof^a Raquel Dias, Diretora do ANDES-SN, e o Prof. Tiago Bernardon, do CCHLA/UFPB, contando com a mediação do Prof. Cristiano Bonneau, Presidente da ADUFPB.

Na parte da tarde aconteceram os grupos de trabalho onde os eixos do III ENE foram reagrupados em 4 temas. Os encaminhamentos de cada GT foram compartilhados e apreciados na plenária de consolidação que aconteceu no início da noite sob a Coordenação de Cristine Hirsch e Josevaldo Cunha, Vice-Presidentes Regionais da Secretaria Nordeste II do ANDES-SN, Néelson Júnior, Presidente da ADUEPB, e Luciana Leandro, Presidente da ADUFCG. À mesa de encerramento, Prof. Cristiano Bonneau agradeceu a presença de todos, considerando que o evento foi muito exitoso.

Os encaminhamentos, por GT, ficaram assim aprovados:

GT 1 - Financiamento

Eixos do III ENE: Financiamento da Educação; Trabalho na Educação e Condições de Estudo; Universalidade da Educação, Acesso e Permanência.

Coordenadoras: Andréia e Lenilda (ADUEPB)

Relatora: Evanda Helena.

➤ Financiamento da Educação:

- Aprovação do Fundeb como política permanente de estado, com recursos suficientes para garantir uma educação pública, gratuita e de qualidade;
- Pela manutenção das vinculações constitucionais de recursos para a saúde e a educação;
- Contra o contingenciamento de recursos da educação;
- Contra todas as formas de ajuste fiscal em todos os níveis. Organizar contas públicas cortando privilégios, e não direitos. Defender e fortalecer a luta pela auditoria da dívida pública federal e estadual. Pela revogação da EC 95/2016, da reforma trabalhista e da Lei Estadual 10.660 (ajuste fiscal do governo do estado da Paraíba). Contra a reforma da previdência;
- Financiamento público exclusivamente para a educação pública. Não à destinação de recursos públicos para instituições de ensino privadas;
- Contra todas as formas de privatização e de terceirização;
- Lutar contra os cortes no orçamento da Universidade Estadual da Paraíba e defender a autonomia financeira, administrativa e pedagógica desta instituição;
- Contra os cortes no PNAES: pela ampliação dos recursos para a assistência estudantil;
- 10% do PIB para a Educação Pública;
- Contra a ingerência do banco mundial na definição das políticas educacionais brasileiras;
- Pela defesa de mais recursos para a realização da pesquisa na educação pública, garantindo e fortalecendo a produção científica brasileira.

➤ Trabalho na Educação e Condições de Estudo

- Garantia de condições adequadas para realização do trabalho nas instituições de ensino públicas em todos os níveis de ensino;
- Garantia de condições adequadas nas escolas para os alunos: refeitório, vestiários, áreas de convivência e descanso, quadras cobertas, bibliotecas, laboratórios, entre outros;
- Definição de uma nova política para o ensino médio, que garanta acesso, permanência e condições adequadas de funcionamento.

➤ Acesso e Permanência

- Contra o corte de vagas na universidade estadual da Paraíba e em todas as universidades públicas;
- Defesa de uma política de estado para a erradicação do analfabetismo no Brasil e no estado da Paraíba e universalização da pré-escola, ensino fundamental e médio com condições plenas de funcionamento para a garantia do direito à educação de qualidade;
- Contra o fechamento de escolas e turmas da EJA e de escolas da zona rural no estado da Paraíba;
- Defesa de concurso público, planos de cargos, carreiras e remuneração compatível com a complexidade da profissão e condições adequadas de trabalho;
- Reconstrução do Comitê Estadual em Defesa da Escola Pública (CEDEP-PB), como espaço da luta pela educação pública em todos os níveis e modalidades.

GT 2 - Escola sem Mordça

Eixos do III ENE: Conhecimento, Currículo e Avaliação; e Formação de Trabalhadores da Educação.

Coordenação: Rita Porto (ADUFPB)

- Garantir o espaço de discussão do Projeto Político Pedagógico - PPP nas escolas, com toda a comunidade escolar, a partir de cada realidade social e cultural;
- Defender as modalidades de ensino na educação básica, que já estão contempladas nas diretrizes curriculares nacionais e nos planos nacional, estaduais e municipais (EJA, indígena, campo e quilombola).
- Exigências, a todos os níveis de governo, da permanência da liberdade de ensinar e de aprender.
- Pela revogação da Reforma do Ensino Médio e contra o professor notório saber, com a defesa intransigente da formação do professor com curso superior de licenciatura.
- Por uma educação pública, estatal, laica, gratuita, crítica, popular e de qualidade.
- Pela não aprovação das militarizações nas escolas.
- Refletir sobre as ameaças da “escola sem partido” e defender a escola sem mordça.
- Fomentar a obrigatoriedade do ensino de filosofia/sociologia no ensino médio.
- Incentivo a prática do diálogo, reflexão e pensamento em outra língua (inglês, espanhol, etc.).
- Construção do currículo através do trabalho coletivo interdisciplinar, com educação permanente para professores, garantia da unidade/teoria prática, e estágio permanente ao longo do curso.
- Contra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Garantia da manutenção das diretrizes curriculares da formação inicial e continuada de professores (DCN N°. 2/2015).
- Garantia dos 10% do PIB para a educação pública.

GT 3 - AUTONOMIA

Eixos do III ENE: Gestão e organização do trabalho; e Organização da Classe Trabalhadora

Coordenação: Luciana Leandro (ADUFCG) e Nelson Junior (ADUEPB)

- Construir a Greve Geral da classe trabalhadora;
- Apontar para as centrais sindicais e demais entidades a necessidades de construção de um Encontro Nacional da Classe trabalhadora;
- Retomar a unidade de luta e mobilização, por meio da organização de Plenárias da Educação, pressionando as centrais, sindicatos e demais entidades a construir um movimento unificado, desde as bases;
- Retomar e fortalecer o Comitê Paraibano em Defesa da Educação Pública como espaço de discussão e articulação política entre diferentes seguimentos da educação em prol da luta por um projeto classista e democrático de educação (indicativo de reunião de preferência na última semana de abril/2019 na UFPB);
- Lutar por um projeto democrático de educação que atenda aos interesses da classe trabalhadora;
- Reforçar a luta pela autonomia das instituições educacionais em sua função de produção e divulgação do conhecimento artístico e científico.
- Lutar pela liberdade de cátedra e pela liberdade de ensino e de pesquisa, garantidas pela nossa constituição, nos opondo veementemente a todo e qualquer movimento que queira amordaçar ou ferir esses princípios;
- Lutar pela garantia de financiamento público para a educação pública e pelos 10% do PIB para a educação pública;
- Lutar contra o projeto ultraliberal que prevê a desvinculação total do orçamento, retirando a obrigação do Estado de investir percentuais mínimos em educação e saúde;
- Lutar pela garantia de financiamento adequado que assegure a qualidade da educação básica e superior;
- Retomar a luta pelas garantias constitucionais de assegurar autonomia didático-pedagógica, administrativa e financeira das instituições educativas;
- Retomar a luta pela federalização da educação, de modo a fazer com que a União assuma de forma mais veemente o compromisso com o financiamento da educação pública e com a construção de um sistema nacional de educação;
- Lutar contra todas as formas de terceirização e privatização da educação pública, denunciando as arbitrariedades e violações que as empresas e OS, por meio das parcerias público-privadas e dos contratos de prestação de serviços, vem fazendo no interior das nossas escolas;
- Reafirmar o lugar dos funcionários (merendeira, segurança, etc.) e técnicos que trabalham nas escolas, no sentido de unificar as lutas, já que todos são fundamentais para a realização plena do processo educativo;
- Lutar em defesa de um Plano de Carreira para todos os trabalhadores da educação que garanta o devido respeito e valorização salarial, garantindo, no mínimo, o pagamento do Salário Mínimo de acordo com o DIEESE e jornada de trabalho de 20h, provimento de cargos EXCLUSIVAMENTE por concurso público para todos os segmentos, bem como condições de trabalho dignas e adequadas;
- Retomar a luta pela GESTAO DEMOCRÁTICA do ensino, garantindo eleições diretas para direção de escola e a participação efetiva de toda comunidade nos processos decisórios;
- Lutar pela Garantia de bolsas e assistência estudantil adequada (alimentação, moradia, etc.) para garantir a permanência dos estudantes nas instituições;

- Lutar por uma avaliação interna e institucional participativa, que faça sentido para a comunidade que nela trabalha, de acordo com as condições e os objetivos traçados por cada escola e universidade;
- Fortalecer a luta pela gestão democrática da educação e pela autonomia universitária, retomando a luta PELO FIM DA lista tríplice e contra a Nota Técnica Nº 402/2018 do MEC que impõe 70/15/15 através da paridade ou voto universal ENTRE OS TRÊS SEGMENTOS nas eleições de reitor e direção de centros (Reitor eleito é reitor empossado);
- Lutar pela democratização e formação paritária dos conselhos e câmaras universitárias, de forma a garantir representatividade paritária e legitimidade das decisões;
- Resistir aos projetos que atentam contra a autonomia didático-pedagógica das instituições educativas, tais como a BNCC e a Residência Pedagógica;

GT 4 Enfretamento e Diversidade

Eixos do III ENE: Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais; e Educação do Campo e das Populações Originárias.

Coordenadores: Paulo Palhano e Nilvânia Santos (ADUFPB)

Encaminhamentos:

- Manutenção e/ou aprimoramento de legislações (leis, diretrizes, etc) específicas para que possa haver a Inclusão Social (como a dos Quilombolas, a da Educação do Campo, Indígena, Educação de pessoas com necessidades educativas especiais);
- Mais/melhores investimentos nas ações voltadas para garantir a equidade da educação, de forma a possibilitar a todos o acesso a uma educação de qualidade voltada para a construção de cidadãos, em uma formação integral, em que o “eu” lute e se reconheça no bem estar do(s) outro(s) e do seu contexto(s), considerando as especificidades do Brasil;
- Uma prática educativa marcada pela perseverança/luta destinada/por mais e melhores Políticas Públicas destinadas a Inclusão social, respeitando as singularidades dos sujeitos atendidos pela educação, assim como a diversidade que perpassa este processo;
- Formações iniciais/continuadas as quais possibilite ao profissional de educação uma atuação na qual se respalde no respeito as singularidades e as diversidades do público alvo dos processos educativos;
- Compreensão de que os movimentos sociais não podem descansar, na luta contra o analfabetismo.
- Procurar estabelecer um diálogo efetivo com a sociedade, enfrentando a indisponibilidade da sociedade em dialogar, construindo um olhar sensível ao outro, uma relação de sonoridade.
- Luta pela igualdade salarial dentro da categoria docente, entre efetivos e prestadores de serviço.
- Unir as diferentes entidades, movimentos sociais, sindicatos, universidade para atuar junto as redes básicas, aos espaços públicos.
- Conscientização racial aos jovens expostos a situação de marginalidade.
- Formação de professores em diversidade étnica racial, LGBT, gênero e sexualidade.
- Trabalhar para titulação das comunidades quilombolas que são respectivamente 40 e apenas 2 tem a titulação (ou seja apenas 2 tem a posse da terra garantida).
- Reforçar o movimento camponês, afim de reafirmar a importância das escolas do campo que estão sobe ameaça de extinção, visto que estão sendo fechadas.
- Reforço a educação voltada para população cigana, com capacitação dos profissionais da educação e formação docente desde a graduação sensível a estas comunidades.
- Combater a banalização dos discursos de ódio, racistas, LGBT fóbicos, bullying, misoginia: mostrando que a escola é espaço de diferença, de respeito; e reforçando os movimentos cyber por meio das # como: #ninguémsoitaamãodeninguém, #chegadefiu, #chegaderacismo, #asenzalaacordou, #lutecomoumagarota.